ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 10 DE JULHO DE 2026

ATA N.º 5/2026

(CONTÉM 12 PÁGINAS)

Por convocatória do Presidente da Assembleia Municipal, datada de dois de julho de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas nove horas, no dia dez de julho de dois mil e vinte e seis, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de trabalhos:

Ponto único: Moção relativa à instalação de infraestruturas de aproveitamento de energias renováveis no concelho de Miranda do Douro – Apreciação e deliberação.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Pedro Velho Ferreira; Alfredo Eduardo Argulho Alves; António Augusto Castro Carção; António Manuel Marques dos Santos; Priscila Salomé Ribeiro Oliveira; Carla Sandra de Almeida Vaz Rodrigues, em substituição de Maria Virgínia Lopes Preto; Camilo António Vaz das Neves Raposo; Bruno Filipe Lourenço Torrado; Vítor Manuel Quina Pires, em substituição de Eduardo Luís Tiago Beça Sanches da Gama; Cristina Maria Teles de Sousa Martins; Jaquelina Gomes dos Santos, em substituição de Emanuel David Carção; Luís Manuel Andrade Martins, em substituição de Carolina Rodrigues Mesquita; Ricardo Nuno Jordão Coelho; Mário João Ferreira Vaz; António Marcos Ruano; Edite Dias Lopes; Micaela Raposo Fernandes da Igreja; Francisco José Carvalho Parreira; Álvaro Xavier Carvalho Rodrigues; Fernando Maria João Martins, em substituição de António Jorge Jacoto Lourenço; Ricardo Jorge Raposo Lucas; Lísis Fernandes Gonçalves; Óscar Avelino Antas Torrado, em substituição de José Francisco Gonçalves Ribeiro; Nélio Miguel Seixas; Luís Miguel Poço Santiago; e Zéfiro Domingues Galego, em substituição de António Preto Mamede.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros:

Emanuel Pinto Bernardo e Silvino Francisco Preto Silva, cujas faltas foram consideradas justificadas.

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo:

António Nuno Marcos Rodrigues; Vítor Manuel Vaz Bernardo; Ana Sofia Fernandes Ortega.

Constatou-se a ausência dos seguintes membros do Órgão Executivo:

Helena Maria da Silva Ventura Barril; António José Fernandes Ribeiro.

Alcançado o quórum, o **Presidente da Assembleia Municipal**, **Pedro Velho Ferreira**, cumprimentou todos os intervenientes e declarou aberta a reunião eram nove horas e doze minutos. O Presidente da Assembleia Municipal dirigiu uma saudação particular aos Membros que estavam em substituição, nomeadamente Óscar Torrão, Carla Rodrigues e Luís Martins, que, apesar de serem autarcas com reconhecida experiência, era a primeira vez que estavam presentes em reuniões do corrente mandato, congratulando-os pela sua participação.

Seguidamente, deu início aos trabalhos, apresentando o ponto único da ordem de trabalhos:

Ponto único: Moção relativa à instalação de infraestruturas de aproveitamento de energias renováveis no concelho de Miranda do Douro – Apreciação e deliberação.

O **Presidente da Assembleia Municipal** relembrou que, sendo uma sessão extraordinária e de ponto único, apenas havia lugar às intervenções dos Membros do Órgão Deliberativo, não havendo período dedicado à intervenção do Público.

Referiu que, na sessão anterior da Assembleia Municipal, fora criada uma comissão eventual com o propósito único de elaborar a referida moção conjunta, que reuniu todos os grupos municipais, quer partidários, quer independentes. Referiu que a comissão reunira presencialmente no dia cinco de julho, nomeadamente os Membros: António Jorge Lourenço; Alfredo Eduardo Alves; Edite Lopes; José Francisco Ribeiro; Micaela Igreja e Pedro Velho, em representação da Mesa. Acrescentou que o documento ficara aberto a sugestões até terça-feira, dia sete de julho, para recolha dos contributos dos restantes Membros da Assembleia. Após esse período, foram integradas no documento final as propostas de alteração submetidas pelos membros António Santos e Lísis Gonçalves.

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que, na sua ótica, a Moção era equilibrada e pertinente. Afirmou estar redigida com âmbito nacional, exatamente pela importância da temática e para facilitar a subscrição por outras Assembleias Municipais. Manifestou, também, o seu agradecimento pelo espírito de missão e cooperação demonstrado por todos os partidos e grupos independentes na defesa do concelho.

Relativamente à condução dos trabalhos, justificou o início da reunião com cerca de dez minutos de atraso devido a procedimentos técnicos associados à autorização da transmissão em direto. Solicitou, também, aos intervenientes a devida concisão e objetividade nas exposições, tendo em conta a necessidade de terminar a sessão pelas dez horas.

Aberto o período de inscrições para intervenção sobre a matéria, registaram-se pedidos dos membros Lísis Gonçalves, Carla Rodrigues, Alfredo Eduardo Alves, Nélio Seixas e António Carção.

Antes de dar início às intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à leitura da Moção para que o público presente e para que quem acompanhava a transmissão em direto pudesse ter conhecimento do seu conteúdo.

"Moção - Pela defesa do território, da participação das populações e da avaliação rigorosa dos impactos associados aos projetos de aproveitamento de energias renováveis.

A transição energética constitui um dos maiores desafios do nosso tempo. A necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, reforçar a independência energética do país e cumprir os compromissos nacionais e europeus em matéria de descarbonização exige um investimento significativo no aproveitamento de energias renováveis.

Miranda do Douro conhece bem esta realidade, já que desde meados do século XX o seu concelho desempenha um papel determinante na produção de energia hidroelétrica através das barragens de Miranda e de Picote, contribuindo para o desenvolvimento económico e para a segurança energética de Portugal.

Essa contribuição representou para as populações locais benefícios importantes, mas também implicou profundas transformações da paisagem, alterações no modo de vida e a cativação de uma parte significativa do seu território para fins de interesse nacional.

Hoje, perante a possibilidade de implementação de novos projetos de produção de energia renovável a larga escala, designadamente os projetos de hibridização das centrais hidroelétricas existentes e outras intervenções enquadradas no programa sectorial das zonas de aceleração da implantação de energias renováveis, o PSAER, o concelho volta a confrontar-se com decisões de grande repercussão para o seu futuro.

A Assembleia Municipal de Miranda do Douro entende que esta realidade deve ser encarada com sentido de responsabilidade, equilíbrio e visão estratégica. Não está em causa questionar a premência da transição energética, nem ignorar os desafios ambientais e climáticos que Portugal e a Europa enfrentam. No entanto, também não pode aceitar-se que decisões com impactos potencialmente relevantes sobre o território sejam tomadas sem um conhecimento rigoroso das suas consequências ambientais, paisagísticas, económicas,

sociais e patrimoniais, nem sem que as populações, os proprietários, as autarquias locais e as instituições representativas do território disponham de informação completa e de uma efetiva possibilidade de participação.

O concelho de Miranda do Douro constitui um território de elevado valor ambiental, agrícola, paisagístico e cultural, reconhecido pela sua biodiversidade, pelos seus ecossistemas e pela sua identidade histórica. Sabendo que este território é importante fixador de dióxido de carbono, capturando mais do que aquele que emite, qualquer intervenção de grande dimensão deverá por isso ser precedida de estudos técnicos rigorosos, independentes e transparentes, capazes de avaliar não apenas os impactos individuais de cada projeto, mas também os seus efeitos cumulativos sobre o território, tendo em consideração a concentração crescente de infraestruturas energéticas nesta região e o princípio da equidade territorial.

Importa, assim, garantir que a informação disponibilizada às populações seja transparente, acessível e atempada, permitindo uma participação pública verdadeiramente esclarecida e útil aos processos de decisão.

A Assembleia Municipal considera igualmente legítimo que um território que há várias décadas contribui de forma muito significativa para a produção de energia elétrica nacional possa aspirar a que novos investimentos representem também oportunidades concretas de desenvolvimento local.

A transição energética deve constituir uma oportunidade para reforçar a coesão territorial, combater o despovoamento do interior, criar emprego qualificado, valorizar o património natural e cultural e promover melhores condições de vida para quem escolhe viver e trabalhar no concelho.

Neste contexto, a Assembleia Municipal entende que o desenvolvimento sustentável do território exige um equilíbrio entre o interesse nacional associado ao aproveitamento de energia renovável e a proteção dos valores ambientais, paisagísticos, económicos e sociais.

Assim, reunida em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Miranda do Douro delibera:

1. *Manifestar a sua disponibilidade para colaborar construtivamente com o Governo, as entidades públicas competentes e os promotores dos projetos energéticos, contribuindo para soluções que conciliem os objetivos da transição energética com a defesa do território e das populações.*

2. *Solicitar ao Governo e às entidades responsáveis pelo programa sectorial das zonas de aceleração da implantação de energias renováveis que assegurem informação pública, transparente, completa e atempada relativamente aos projetos previstos, incluindo a respetiva localização, com elementos cartográficos detalhados, dimensão, quer de produção, quer de área a ocupar, e calendarização de intervenção.*

3. Reafirmar a necessidade de garantir processos de participação pública efetivos, acessíveis e devidamente esclarecidos, permitindo que cidadãos, autarquias, associações e restantes entidades locais possam apresentar contributos fundamentados.

4. Solicitar o adiamento do prazo de consulta pública do PSAER e o adiamento da instalação de quaisquer equipamentos enquadrados nos referidos projetos até ao pleno cumprimento do plasmado nos pontos 2 (disponibilização de informação) e 3 (participação pública) deste documento.

5. Defender que todos os projetos suscetíveis de produzir impactos significativos sobre o território sejam acompanhados por avaliações ambientais, sociais, económicas, paisagísticas e de saúde pública, e que estas sejam rigorosas, independentes e cientificamente fundamentadas, contemplando igualmente a análise dos impactos cumulativos decorrentes da eventual concentração de diferentes infraestruturas energéticas.

6. Salvaguardar intransigentemente as pessoas, a sua qualidade de vida e as suas condições de habitação, garantindo que os projetos energéticos não comprometam o bem-estar das populações nem a vivência nos aglomerados urbanos diretamente afetados.

7. Solicitar que na apreciação dos projetos energéticos seja dada particular atenção à proteção da paisagem, da biodiversidade, das atividades agrícola, pecuária, florestal e cinegética, dos patrimónios natural, arqueológico e cultural, bem como dos valores identitários que distinguem cada território, garantindo que qualquer intervenção seja compatível com a preservação do equilíbrio ambiental e territorial.

8. Defender que os projetos energéticos integrem medidas concretas de valorização do território e de compensação das comunidades locais diretamente afetadas, promovendo investimentos estruturantes, a criação de emprego qualificado, a fixação da sede fiscal das empresas e mecanismos permanentes de retorno económico para os concelhos e freguesias abrangidos.

9. Remeter a presente moção ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Ministério do Ambiente e Energia, à Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER), à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-Norte), aos grupos parlamentares da Assembleia da República, à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), à Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), aos municípios potencialmente abrangidos e às entidades promotoras dos projetos em causa.

Miranda do Douro, em toda a sua história, sempre soube responder aos grandes desafios nacionais, pelo que também agora estará disponível para continuar a fazê-lo. No entanto, essa disponibilidade exige transparência, rigor técnico, participação democrática e respeito pelo território e pelas populações que ao

longo de várias gerações têm contribuído de forma determinante para a produção de energia que move todo o país.

(Miranda de l Douro, an toda sue stória, sempre botou ua mano als zafios nacionales más grandes, pul qu'hoije num bai a ser d'outra maneira. Mas essa çponibilidade nun stá afiançada, hai que tener transparência, qualidade técnica, partecipaçon democrática i respeito pula tierra i pulas pessonas que, cul passar de las geraçones, ajudórun a la produçon d'energie para botar l paiç pa delantre.)

Paços do Concelho de Miranda do Douro, 10 de julho de 2026."

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra aos Membros que se haviam manifestado.

A **Membro Carla Rodrigues** proferiu o seguinte discurso:

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Miranda do Douro, Excelentíssimos Senhores do Executivo, Membros da Mesa, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, Presidentes de Junta de Freguesia e Público presente, muito bom dia.

Antes de mais, queria saudar esta iniciativa conjunta desta moção, que é extremamente importante e que foi muito bem-feita, considero que está realmente muito bem-feita. Mas eu penso que poderíamos acrescentar alguns pontos que poderiam enriquecer se houvesse uma maior especificidade em algumas das situações aqui que se querem precaver. E então eu passaria a indicar só algumas, a que eu também me tenho apercebido ao longo destes dias e deste debate que vou assistindo na população, que há pessoas que estão a favor, há pessoas que não concordam e há pessoas que não têm opinião formada porque não têm conhecimento das vantagens e desvantagens que esta instalação do parque eólico pode trazer. E realmente nesse aspeto precisamos de mais tempo, precisamos dos estudos idóneos e, como aqui refere, científicos rigorosos para serem transmitidos à população para que a população possa ter tempo para os analisar, para os perceber, para os conhecer, para os perceber, entender e ter uma opinião formada, sólida e substanciada, fundamentada. Uma coisa que também me parece importante salientar é de que forma vai ser assegurada a participação da população? Como é que as pessoas vão ser ouvidas? E aí eu acho que devíamos indicar uma forma concreta de como vamos ouvir a população, de que forma ela vai ser percebida e tida em conta para dentro deste processo. Nesses estudos em que queremos conhecer realmente todos os impactos, também acho que poderíamos depois verificar se haverá zonas que poderão sofrer menos impactos e se se poderão deslocar, se isso de facto acontecer, a instalação de parques para essas zonas. Falámos também de que a Assembleia considera que esta transição energética deve abrir oportunidades concretas ao desenvolvimento local. Seria bom talvez indicar algumas concretas para não deixarmos em aberto tudo, porque depois tudo aquilo que nos oferecerem, como não reivindicamos nada em concreto, teremos de aceitar

seja aquilo que gostarmos ou não, ou o que precisamos ou não precisamos. Se deixarmos em aberto estas questões eu acho que corremos algum risco e que se deviam concretizar algumas. Em relação também ao parágrafo 6, em que se refere que não comprometam o bem-estar das populações nem a vivência nos aglomerados urbanos diretamente afetados, eu acho que também poderia ser aqui acrescentado no âmbito do que se considera exatamente o bem-estar das populações aquilo que tem efetivamente de ser assegurado. Este investimento estruturante, pois na mesma ordem que referi anteriormente, seria bom que se especificasse aquilo que queremos. A criação de emprego qualificado também é algo que eu gostaria, se possível, que me esclarecessem um pouco mais sobre esta questão, de que forma esta transição energética permite criar então aqui o emprego qualificado, permite a coesão territorial e permite também combater a desertificação populacional deste território. Obrigada."

O Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira, Lísis Gonçalves, no uso da palavra, proferiu o seguinte discurso:

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Representantes do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados, permitam-me começar por nos felicitar a todos.

Hoje é dia da cidade de Miranda, celebramos esse dia. E é um dia que nos convida a refletir sobre aquilo que recebemos das gerações que nos antecederam e sobre o território que queremos deixar às nossas gerações futuras. É precisamente esse sentido de responsabilidade que deve orientar todas as decisões que tomamos relativamente ao nosso concelho. A moção de hoje que discutimos merece o meu voto favorável, não porque representa um ponto de chegada, mas porque representa um primeiro passo institucional na defesa do território, das populações e do direito a uma decisão informada. Desde que tive conhecimento da intenção de instalar os novos projetos de produção de energias renováveis no nosso concelho, procurei agir com responsabilidade. Numa fase em que praticamente não existia informação pública, entendi que a pior decisão seria o silêncio. Procurei contribuir para que este tema fosse debatido de forma aberta, fundamentada. Promovi momentos de esclarecimento e incentivei o debate público e estabeleci contactos com o Movimento Cultural das Terras de Miranda, com pessoas ligadas à proteção da fauna, da flora e do património natural, e com diferentes forças políticas com representação parlamentar. O objetivo foi sempre o mesmo: recolher informação, partilhar informação, ouvir diferentes perspetivas e disponibilizar à população elementos que lhe permitissem formar uma opinião livre e consciente. Nunca procurei alimentar alarmismos, nem transformar este assunto numa disputa partidária. Procurei que um tema com potencial para alterar profundamente o futuro do nosso concelho fosse discutido com seriedade, transparência e responsabilidade. A minha posição mantém-se inalterada: sou favorável à transição energética e ao reforço da produção de energias renováveis,

desde que esse processo respeite os princípios inegociáveis da transparência, participação pública, rigor técnico, científico, equidade territorial — sim, equidade territorial que tanto nos falta — e justiça para com as populações diretamente afetadas. Miranda do Douro conhece melhor do que muitos o contributo que presta ao país na produção de energia. Este contributo, porém, não pode justificar que as populações sejam chamadas apenas quando as principais decisões já se encontram tomadas. As comunidades locais têm o direito de conhecer antecipadamente os projetos, compreender os impactos, participar nas decisões e exigir que qualquer intervenção respeite a agricultura, a biodiversidade, a atividade pecuária e cinegética, a paisagem, o património e a qualidade de vida das pessoas que tanto preservaram nas gerações anteriores. Se estes projetos vierem a concretizar-se, o concelho e as freguesias diretamente afetadas devem beneficiar de compensações permanentes, proporcionais e capazes de gerar verdadeiro desenvolvimento local. Enquanto Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Angueira e Membro desta Assembleia Municipal, a minha primeira responsabilidade é defender as populações que represento. Se algum dia estes projetos avançarem, tudo farei para garantir que a minha freguesia e o nosso concelho não sejam prejudicados e que os seus interesses sejam integralmente defendidos. Voto favoravelmente esta moção porque representa um compromisso com a transparência, o conhecimento, a participação democrática e a defesa do território. Espero que este seja apenas o início de um processo em que todas as decisões futuras sejam tomadas com rigor, diálogo e respeito por quem vive, trabalha e investe em Miranda do Douro. Disse."

Seguidamente, o **Membro Alfredo Eduardo Alves** cumprimentou os presentes e subscreveu a intervenção inicial do Presidente da Assembleia Municipal expressando a sua satisfação por ter trabalhado na Moção e agradeceu aos Vereadores do Partido Socialista por terem levado o primeiro trabalho à direção do Executivo Municipal que, segundo os mesmos, não estava dentro do *timing* para deliberarem sobre o assunto.

Prosseguiu, reforçando que era impossível conceder um *cheque em branco* a empresas que pretendessem implementar projetos que são de âmbito nacional, e nós, como território, pura e simplesmente ouvíamos, teríamos que nos calar e não poderíamos tomar uma posição. Sublinhou que isso é impossível para a região que são, para a população e para a sua paisagem, como foi referido pelo Membro Lísis Gonçalves, concordando com a sua posição. Acrescentou que deviam ser os primeiros garantes para a população e para o território.

Mais referiu que a bancada do Partido Socialista gostou de trabalhar neste contexto, de trabalhar no sentido de uma deliberação única em relação àquilo que é a implementação das energias renováveis.

Reforçou que, depois desta primeira tomada de posição, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) tomou uma posição no dia 7 de julho a dizer que *"a versão em auscultação do PSAER deverá ser objeto de uma reflexão mais alargada, devidamente articulada com os municípios restantes, entidades públicas e sociedade civil, focada em oito pontos fundamentais"* que eles esclarecem. E, no documento, a Associação Nacional de Municípios Portugueses sublinha que *"a concretização das zonas de aceleração de energias renováveis exige uma lógica de governação multinível na qual os municípios assumam um papel efetivo, estruturante e não meramente acessório da compatibilização entre os objetivos nacionais de transição energética e as especificidades territoriais, ambientais, urbanísticas e sociais de cada território".* Congratulou-se pela Assembleia Municipal ter tomado esta posição ainda antes da ANMP. Terminou agradecendo o trabalho em equipa, sublinhando que é nisso que se devem concentrar: na defesa do território e da população.
Posteriormente, o **Presidente da União de Freguesias de Ifanes e Paradela, Nélio Seixas**, proferiu o seguinte discurso:
"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Executivo, Vereadores, colegas Presidentes de Junta e Deputados, Senhoras e Senhores, buonos dies.
Esta intervenção tem o propósito de justificar a minha declaração de voto, que é favorável à moção. Este é um tema deveras importante para o país e para o nosso Município. Há decisões que tomamos agora que, se não forem bem ponderadas, no futuro podem trazer dissabores. Na atualidade, estes parques fotovoltaicos e aerogeradores trazem benefícios importantes a todos, mas não podem ser impostos sem nos darem o esclarecimento necessário de que somos merecedores. Eu nunca aceitarei um parque de aerogeradores no norte do concelho quando este pode pôr em causa futuros investimentos que vêm mais vantajosos para o Planalto Mirandês. Falo-vos da linha de alta velocidade que vai atravessar e servir o nosso território. Estes parques de aerogeradores podem inviabilizar a execução desta infraestrutura. Não há garantias que, por exemplo, um aerogerador não venha a ser plantado no local de passagem da linha e que no futuro esse acontecimento sirva como desculpa para a sua não execução ou então para justificar a decisão de que o traçado passe a servir outra zona do país. Não existe informação pública transparente que nos informe da localização ou área exata destes parques. Por isso, através da única informação que consegui. Foi num jornal local que foi publicado este mapa [exemplificou com mapas físicos] e que andaram por aí as empresas a querer instalar os parques. Tive o conhecimento disto a partir do jornal local e vemos aqui uma grande área no norte do concelho em que vão implantar quase quarenta aerogeradores. Acontece que nessa zona do concelho vai passar a linha de alta velocidade, o TGV. Temos aqui Vale de Frades, temos Avelanoso, temos São Martinho, temos Cicouro. Nesta zona vai ser implantado a estação do Planalto. [exemplificou com mapas

físicos]. E, sem muita informação, mas com os elementos disponíveis, se fizermos uma sobreposição do mapa inicial com a futura linha de alta velocidade, vemos que ela vai atravessar mesmo o parque dos aerogeradores. Há aqui uma situação ou duas que a linha ou os aerogeradores implantam-se mesmo no centro da linha. E então eu não sei de que forma é que isto pode condicionar a execução de, no futuro, termos aqui uma linha de alta velocidade que penso que seja muito mais benéfica do que um parque de aerogeradores. Por isso, por não haver garantias que um aerogerador seja implantado no meio da linha, sou contra a execução destes parques até que não haja informação transparente disponível. E por isso sou a favor desta moção. Obrigado."

O **Membro António Carção,** no uso da palavra, cumprimentou os Membros presentes e começou a sua intervenção com a mesma frase que havia utilizado na sessão anterior da Assembleia Municipal aquando do debate deste ponto: *"Só desiste quem deixa de lutar"*, citando Mário Soares.

Congratulou-se porque os dois partidos que representam a Assembleia Municipal e os membros independentes cederam à sua proposta, a proposta de elaborar a moção foi um desafio que o Membro António Carção lançou à Assembleia Municipal, a qual a Assembleia Municipal aceitou e originou uma reunião extraordinária com a concordância do Presidente da Assembleia Municipal e da Presidente de Câmara.

Destacou, seguidamente, a redação do documento. A redação teve a aprovação unânime dos dois partidos, e na sua opinião deve ficar como está. Continuou, alegando que, quem quisesse fazer diligências, tinha tido tempo suficiente para o fazer e que aquele dia era apenas momento de votação. Destacou que o próprio tinha feito o seu contributo, telefonicamente, ao Presidente da Assembleia Municipal.

E, na sua opinião o mais importante era estarem a falar de algo novo. Este mundo novo do qual toda a gente fala, toda a gente tem medo, toda a gente opina e pouca gente sabe do que fala, incluindo o próprio. A sua grande razão é que há uma palavra que tem de estar vinculada a todos os intervenientes, tem de haver transparência. Isto é algo muito importante que pode transformar o Concelho e exige-se transparência de todos os envolvidos. É sabido que há um projeto nacional de energias. É algo que é imposto pela Comunidade Europeia, pelo Governo, sendo necessário saber qual é. Defendeu transparência do Governo, é preciso saber o que é que vão ganhar as pessoas e o que vão perder com a instalação destes parques.

Deixou uma palavra de apreço à plataforma Nordeste Vivo porque tem conseguido trazer o tema para o debate, o que é muito importante, parabenizou-os e a todos os que estão na luta. Sublinhou que cada pessoa é livre de tomar o seu partido, a favor, contra, mas que sejamos esclarecidos e de todos os proponentes exige-se transparência. E da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia e da CIM-TTM, exige-se grande exigência.

Solicitou autorização à Assembleia Municipal para que seja acrescentado às entidades a enviar a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM - TTM).

Para terminar, invocou o Dia da Cidade, felicitando a diáspora mirandesa. Miranda está de parabéns, os mirandeses estão de parabéns.

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu que a Moção poderia estar ainda mais completa, poderia ser mais longa, mas perderia o seu impacto. Mostrou abertura para algum acrescento ou modificação, mas considerou que tal não alteraria o seu conteúdo principal.

Quanto à divulgação, informou que, em articulação com o Gabinete de Apoio, seria promovida a publicitação do documento junto da comunicação social e das entidades públicas do território. Justificou, ainda, a omissão do nome do concelho no articulado das propostas como uma escolha estratégica, destinada a facilitar a sua adoção por outras assembleias municipais e instituições do país.

Findas as intervenções dos Membros, o **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se mais alguém pretendia usar da palavra, tendo-se manifestado a Membro Carla Rodrigues.

A **Membro Carla Rodrigues** clarificou que a sua intenção seria, evidentemente, votar favoravelmente e não que fosse alterada neste momento a Moção, pretendendo apenas que os aspetos sinalizados fossem tidos em consideração no futuro. Concluiu reforçando que a sua declaração de voto seria, naturalmente, favorável.

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção da Membro Carla Rodrigues.

Acrescentou que a atuação a desenvolver consistirá em exortar o Executivo Municipal a defender os interesses de todo o Concelho nesta temática. Salientou, ainda, que caberá ao Executivo assumir uma intervenção política mais ativa, utilizando o documento como suporte de atuação para, em união, promover a defesa e o desenvolvimento do concelho.

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu o assunto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a Moção relativa à instalação de infraestruturas de aproveitamento de energias renováveis no concelho de Miranda do Douro.

Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou em deliberação um voto de confiança na Mesa da Assembleia Municipal para redação da ata em minuta, o qual foi aprovado por unanimidade.

Terminados os trabalhos, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por concluída a reunião eram nove horas e quarenta e seis minutos. Agradeceu, mais uma vez, a presença de todos e parabenteou a Cidade de Miranda do Douro pelos seus 481 anos.

O Presidente da Assembleia Municipal:

Assinado por: **Pedro Velho Ferreira**
Data: 2026.09.22 16:30:47+01'00'

A Secretária da Sessão:

Assinado com Assinatura Digital
Qualificada por:
MARIA LA-SALETE DA COSTA CUNHA
Oficial Público
Município de Miranda do Douro
Data: 23-09-2026 09:35:25

globaltrustedsign.com